



TERMOS AMBÍGUOS DO DEBATE POLÍTICO ATUAL

Pequeno dicionário que você **Jovem**
não sabia que existia



Termos ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você jovem não sabia que existia

Realização: Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UFRJ

Coordenação: Sonia Corrêa

Texto: Janine Pimentel e Raphael Ferreroni

Edição: Janine Pimentel

Ilustrações e capa: Carol Ito (@carolito.hq)

Projeto gráfico: Agencia FW2 / <http://www.fw2.digital>

ISBN: 978-65-87854-14-4

O Observatório de Sexualidade e Política (SPW) é um projeto da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA).

Av. Presidente Vargas, 446, 13º andar
Rio de Janeiro/RJ – 20.071-907 – Brasil
Telefone: +55 21 2223-1040
Site: <http://www.sxpolitics.org>



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Termos ambíguos do debate político atual [livro eletrônico] ; pequeno dicionário que você não sabia que existia / coordenação Sonia Corrêa ; ilustração Carol Ito. -- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2022.
PDF

ISBN 978-65-87854-14-4

1. Ciências políticas 2. Conservadorismo
3. Eleições - Dicionários 4. Gêneros - Estudos
5. Linguística - Dicionários 6. Política - Brasil
7. Política - Dicionários 8. Sociolinguística
I. Corrêa, Sonia. II. Ito, Carol.

22-107793

CDD-324.03

Índices para catálogo sistemático:

1. Debate político : Dicionários : Ciência política
324.03

Marie Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Autoras e autores	04
Em outras palavras	06
“Ideologia”	08
“Politicamente correto”	12
“Marxismo Cultural”	16
“Ideologia de gênero”	20
“Feminismo”	24
“Racismo Reverso”	28
“Cristofobia”	32
“Patriotismo”	36

Autoras e Autores

“IDEOLOGIA” E “MARXISMO CULTURAL”

Sonia Corrêa é ativista e pesquisadora nos temas de gênero, sexualidade, saúde e direitos humanos desde a década de 1970. Com Richard Parker, coordena o Observatório de Sexualidade e Política/Sexuality Policy Watch (SPW), um programa da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Coordena o projeto de pesquisa transnacional “Políticas Antigênero na América Latina” e foi pesquisadora visitante do Departamento de Gênero da London School of Economics.

“POLITICAMENTE CORRETO”

Nana Soares é jornalista e pesquisadora com foco em gênero e sexualidade. Mestre em Gênero e Desenvolvimento pela University of Sussex, é assistente de comunicação e pesquisa no Observatório de Sexualidade e Política/Sexuality Policy Watch (SPW).

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Rodrigo Borba é docente do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi pesquisador visitante da Universidade de Londres, da Universidade de Birminham e da Universidade de Oxford. Tem diversos artigos e livros publicados no país e internacionalmente. É co-editor do periódico Gender & Language.

“FEMINISMO”

Carla de Castro Gomes é socióloga. Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da Unicamp, e bolsista Fapesp (2019/05044-2). Estuda movimentos sociais feministas e conservadores.

“RACISMO REVERSO”

Fátima Lima é antropóloga, professora associada do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada PIPGLA/UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais PPRER/CEFET/RJ, coordenadora do “ORI - grupo de pesquisa em raça, gênero e sexualidade”, e colaboradora da ONG Casa das Pretas.

“CRISTOFOBIA”

Janaina Tavares é evangélica, moradora da Baixada Fluminense e atuante na área de Cultura, produção cultural e audiovisual. Licenciada em Letras/Espanhol pela UFRRJ - IM. Pesquisa Letramentos e Narrativas de sobrevivência e esperança no Coletivo de Estudos de Letramentos Contemporâneos (CELeC) e no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na UFRJ, como mestranda.

“PATRIOTISMO”

Raquel Rodrigues atua, no momento, como coordenadora de comunicação do blog <http://contxt.letras.ufrj.br/> criado pelo Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade (NUDeS), do qual também participa. Doutoranda e mestra em Linguística Aplicada pelo PIPGLA (UFRJ), é professora de inglês na rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico e mãe de dois jovens estudantes.

TEXTOS DA VERSÃO JOVEM

Janine Pimentel é PhD em Estudos da Tradução pela Universidade de Montreal desde 2012 e Professora Adjunta no Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2014. Atua no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da mesma faculdade e lidera o grupo de pesquisa NET - Núcleo de Estudos da Tradução da UFRJ, cadastrado no CNPq.

Raphael Ferreroni é tradutor freelancer e estudante do curso de Licenciatura em Letras: Português-Inglês na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como monitor de idiomas no projeto de extensão CLAC - Cursos de Línguas Abertos à Comunidade e é integrante do grupo de pesquisa NET - Núcleo de Estudos da Tradução, ambos da UFRJ.

Em outras palavras

Você já leu um texto que entendeu muito pouco, porque o assunto era difícil e a linguagem era densa e complicada? Há conceitos no cenário político brasileiro atual que você não tem certeza se compreende bem, ou sobre os quais você gostaria de se aprofundar mais? Quem foi que inventou os termos “ideologia de gênero”, “politicamente correto”, “marxismo cultural”, “racismo reverso” e outros que vemos tanto nas notícias e nas redes sociais?

Neste pequeno dicionário você encontrará respostas para essas e outras perguntas. O objetivo principal de nosso projeto é a difusão de conhecimento científico sobre a terminologia usada no debate político atual. Este dicionário é uma versão adaptada de um outro chamado *Termos ambíguos no debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia*, também publicado pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW) em parceria com o Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. Ao contrário da primeira versão que dialoga com um público mais amplo, nossa versão adaptada procura chegar a um público mais restrito de discentes do Ensino Médio, além de docentes e, claro, mães, pais, demais familiares, amigas e amigos...

Aqui você encontrará todos os verbetes da primeira versão do dicionário transformados em textos mais curtos e ainda mais descomplicados, graças a um processo de condensação e simplificação textual. Pesquisadores das áreas de estudos da linguagem e estudos de tradução chamam esse processo de “tradução intralinguística”: a tradução de um texto dentro da mesma língua, orientada por metas e públicos diferentes.

Quais são as diferenças? As traduções têm menos da metade do tamanho dos textos originais. Enquanto os primeiros textos trazem algumas referências bibliográficas como sugestões de leitura, as traduções procuram oferecer as informações essenciais sem recorrer a tais referências. Além disso, apesar do uso de linguagem descomplicada já ser um objetivo primário dos verbetes, procuramos trazer nessas traduções uma linguagem ainda mais acessível.

Para ter certeza de que esses verbetes são mais simples, usamos uma ferramenta que avalia o nível de dificuldade de um texto, considerando critérios como o número de palavras por sentença, sua extensão e outros fatores linguísticos que tornam um texto mais ou menos acessível. Trabalhamos com esmero para nos certificar de que cada nova versão dos verbetes fosse cada vez mais simples, até chegar a estas versões finais.

Em outras palavras — — —

A linguagem acadêmica é alvo frequente de críticas por complexidades desnecessárias, que contribuem para o elitismo e dificultam a divulgação científica. Combater esse paradigma foi uma premissa fundamental desse projeto, e nós esperamos que os textos nas páginas seguintes sejam evidências de algum sucesso nessa empreitada.

Boa leitura!

"Ideologia"



"Ideologia"

Ideologia é uma palavra comum, porém mais complexa do que aparenta. Esse verbete mostra por que ela é tão importante e como o conceito tem sido usado por forças conservadoras e de extrema direita.

DOS ILUMINISTAS AO MARXISMO

Durante a Revolução Francesa, no século 18, o filósofo Destutt de Tracy criou o conceito de "ideologia" para nomear a "ciência das ideias". O objetivo desse novo método científico era examinar como as ideias surgem, se reproduzem e desaparecem. Esse método não agradou Napoleão, que acusou Tracy de ser antipatriota.

No século seguinte, Marx e Engels refletiram bastante sobre ideologia. Para eles, a separação entre ideias e matéria é artificial, ao contrário do que se dizia nas teses originais sobre ideologia. Não é a consciência que determina a existência humana; na verdade, são as condições materiais da existência humana (ou seja, o meio) que determinam as consciências.

Daí surgiu uma primeira interpretação: a ideologia é como um véu que encobre a dominação e a exploração no capitalismo. Ideologia seria *falsa consciência*. Porém, Marx e Engels também usaram o conceito para falar sobre as ideias que explicam as desigualdades e injustiças do mundo. Essas duas interpretações continuam existindo hoje.

Mais tarde surgiram outras elaborações do conceito "ideologia", que foram imediatamente criticadas pelas vozes mais conservadoras, inclusive o próprio Papa. Essas críticas colocavam "ideologia" e "marxismo" no mesmo barco, o que é incorreto, já que o conceito foi criado por um intelectual do liberalismo político - Destutt de Tracy.

O MARXISMO-LENINISMO

Foi o pensamento marxista que deu origem ao comunismo e inspirou o surgimento dos partidos políticos socialistas. Dentro deste movimento, a vertente marxista-leninista também deu uma nova interpretação à palavra "ideologia". Segundo Lênin, as relações econômicas são a base das relações ideológicas. Já o Stalinismo propôs um paradigma ainda mais simples, em que o marxismo, como "ideologia do proletariado", se opõe à "ideologia burguesa".

Ao mesmo tempo que os movimentos comunistas avançavam nessa época, discursos anticomunistas também ganhavam terreno, principalmente no campo do fascismo. Essa polarização entre comunistas e anticomunistas culminou na Segunda Guerra, se intensificou durante a Guerra Fria, e não desapareceu com a queda do Muro de Berlim em 1989.

OUTROS MODOS DE CONCEBER IDEOLOGIA

É longa a lista de autores de esquerda que se dedicaram a pensar a questão da ideologia desde o início do século 20. Uma dessas pessoas foi o socialista italiano Antonio Gramsci. Perseguido e condenado pelo regime de Mussolini, Gramsci procurou novos modos de pensar o problema, inclusive para explicar a adesão de boa parte da população italiana ao fascismo.

Para ele, ideologia era “um teatro das ideias”. Gramsci defendeu que a conexão entre ideias, por um lado, e a materialidade da condição humana, por outro, não é linear, nem uma mera relação de causa e efeito. Ideologia está em toda a parte: na cultura, na memória histórica, na arte, nos meios de comunicação e também no senso comum. As ideias de Gramsci foram muito importantes para as democracias na Espanha, em Portugal e na América Latina. Inesperadamente, a partir dos anos 1970, também seriam usadas pelo campo conservador...

O “FIM DA IDEOLOGIA”?

Entre 1970 e 1990, os debates sobre ideologia mudaram bastante. A esquerda questionou a visão marxista da história e da economia e, aos poucos, deslocou a “ideologia” para a linguagem e o discurso. A ideia agora é que o nosso modo de ver e analisar o mundo está muito ligado à nossa forma de falar sobre ele. A crítica da dominação e da exploração essenciais ao capitalismo não foi abandonada, mas surgiram novas perspectivas sobre as desigualdades entre as raças, os gêneros e as sexualidades.

Ao mesmo tempo, alguns autores da direita e do centro escreviam sobre “o fim das ideologias”. Para eles, as diferenças entre o capitalismo e o comunismo vinham diminuindo desde a Segunda Guerra, pois ambos aderiram ao industrialismo. Porém, suas teses não incluíam o problema das desigualdades que existiam entre o mundo industrializado e o resto do globo.

O REGRESSO DA "IDEOLOGIA"

A partir do final dos anos 1970, a direita reativou vários usos do termo "ideologia". Conservadores religiosos, sobretudo católicos, mas também vozes seculares passaram a investir na luta pela sua hegemonia política a partir de uma releitura deturpada de Gramsci. Trinta anos mais tarde, os efeitos políticos e eleitorais desse investimento seriam visíveis na Europa, na América Latina e nos EUA.

Hoje, no Brasil, e em muitos outros contextos, forças da direita usam e abusam do termo "ideologia" como acusação de *falsa consciência*. Elas fazem parecer que quem propaga "ideologia" são sempre os outros, e que elas mesmas seriam ideologicamente neutras.

PARA CONCLUIR

Como vimos, o conceito de ideologia tem recebido muitas interpretações, algumas até contraditórias. Boa parte das críticas atuais feitas pela extrema direita contra "ideologia" devem muito a um pensador italiano do final do século 19 chamado Vilfredo Pareto. Segundo Pareto, ideologia é uma *deformação* decorrente de crenças individuais que nunca devem ser relacionadas com questões econômicas, sociais e políticas. Para este admirador de Mussolini, a democracia é uma fraude. Os mais capazes e vigorosos sempre serão poderosos, enquanto os mais fracos estão fadados a morrer. Conhece mais alguém que pensa assim?

"Politicamente correto"



“Politicamente correto”

- *Tamo de volta. Essa latinha ficou animal!*
- *Sshh! Não fala assim não, meu irmão, algum animal pode se ofender.*
- *O mundo anda muito sensível...*

O QUE É SER “POLITICAMENTE CORRETO”?

Este é o diálogo que abre um comercial de 2016 de uma grande marca de refrigerantes. Os dois limões, que são a imagem da marca e conhecidos pelo sarcasmo, ironizam o “politicamente correto” da sociedade. Esse mesmo comercial recebeu mais de 50 queixas e foi julgado e arquivado pela entidade que fiscaliza a publicidade no Brasil, o CONAR.

Este caso levou a muitas discussões sobre o “politicamente correto” no Brasil. Na verdade, os debates sobre o termo já vinham desde os anos 90 devido a diferentes visões que as pessoas têm sobre a relação da linguagem com o mundo. Nestas três décadas, o sentido da expressão “politicamente correto” mudou um bocado, e atualmente ela é usada em tom de ironia, crítica ou como forma de contestar a autoridade. É a ideia do comercial de refrigerante de 2016.

HISTÓRIA DO TERMO

No fim do século XVIII, nos EUA, o termo significava exatamente o oposto. Ou seja, era usado para denotar visões e ações políticas corretas e justas. Um sentido equivalente também existia na União Soviética. Aqui o termo se aplicava a visões e ações que estavam de acordo com a “linha correta” do Partido Comunista, mesmo quando pudessem ser eticamente contestáveis.

Já nos EUA dos anos 1960, universitárias e universitários de esquerda criticavam o machismo e o racismo como práticas que não eram politicamente corretas. Mas nos anos 80, o “politicamente correto” sai do vocabulário dos estudantes de esquerda e passa para os de direita. Esses usam o termo para ditar o que poderia ser pensado e falado nas salas de aula.

No Brasil, o termo ganhou popularidade a partir dos anos 90 e explodiu no início dos anos 2010. A seguinte linha do tempo ilustra bem esse processo:

“Politicamente correto”

1. **Anos 90:** Saem diversos artigos na imprensa e nos meios acadêmicos. Nessa época, não há uma tendência dominante de crítica ou defesa do termo, havendo grande polarização.

2. **2004:** O governo federal lança a publicação “*Politicamente correto e direitos humanos*”, que ficou conhecida popularmente como “cartilha do politicamente correto”. A publicação trazia uma série de palavras e expressões cotidianas e explicava por que elas eram ofensivas. Foi suspensa em 2005, após receber muitas críticas.

3. **Anos 2010:** São publicados alguns livros com títulos ridicularizando o “politicamente correto”. Um exemplo é o “*Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*”, que foi um campeão de vendas e contribuiu para a imagem do politicamente correto como estratégia política da esquerda.

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM

O “politicamente correto” segue no vocabulário brasileiro, descrevendo expressões, ações ou políticas que evitam ofender e/ou excluir grupos de pessoas (mulheres, negros/as, indígenas e pessoas com deficiência). Porém, como explicado antes, a expressão é geralmente utilizada em tom de crítica, ironia ou desqualificação destas práticas de linguagem inclusiva. Os críticos negam a existência da desigualdade que o politicamente correto busca combater, ou dizem que substituir palavras não faz diferença. Por outro lado, os defensores do politicamente correto alegam que a substituição não é a única estratégia para alterar a desigualdade social, mas é uma das possíveis para visibilizar os preconceitos que existem na linguagem.

Para além da linguagem, o politicamente correto suscita um debate político mais amplo. Não por acaso, os debates sobre o politicamente correto esquentaram no Brasil justamente quando as feministas, a população negra e pessoas com deficiência, entre outros, ganharam espaço e relevância política. De um lado, os críticos do politicamente correto argumentam que a liberdade de expressão é um direito absoluto, individual e universal. Por outro lado, os defensores argumentam que esse direito não deve se sobrepor a outros, tal como estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Embora o politicamente correto, no Brasil, esteja associado ao avanço de pautas de direitos das minorias (já aqui mencionadas e que são tradicionalmente defendidas pela esquerda), ele não recebe críticas apenas do campo da direita. Pelo contrário,

“Politicamente correto”

o politicamente correto também é disputado no campo das esquerdas, pois o termo carrega a contradição de dar visibilidade a novas lutas políticas utilizando armas antigas como o policiamento da linguagem.

Em suma, o uso do “politicamente correto” não é exatamente uma novidade, mas nos dias de hoje o termo está instalado no centro de um campo de batalha. Perguntar-se sobre como, onde e por que empregá-lo é uma interrogação legítima e necessária. Assim como é importante pensar quem pode estar sendo deixado de fora com nossas escolhas linguísticas.

"Marxismo Cultural"



“Marxismo Cultural”

Em um artigo de 2018 sobre o futuro governo Bolsonaro, o cientista político Marcos Nobre afirmou que uma “revolta conservadora” estava acontecendo no Brasil. Essa revolta está ligada à reorganização do pensamento conservador e sua invenção da fórmula do “marxismo cultural”, muito usada desde então.

UM MARCO FUNDAMENTAL

O termo surgiu nos EUA em 2003 numa publicação organizada por William Lind, uma figura conhecida do campo ultraconservador. Os textos aí reunidos juntavam muitas pontas soltas do pensamento conservador, que vinha se reorganizando desde os anos 1970:

“De onde vêm todas essas coisas que se ouve falar – o feminismo, o movimento gay, as estatísticas inventadas, a história reescrita, as mentiras, os protestos e todo o resto?(...) Nós chamamos isso de discurso “politicamente correto”. É a doença da ideologia... Politicamente correto é igual a marxismo cultural... É marxismo traduzido de termos econômicos para termos culturais.”

Como se pode ver, esse discurso gira em torno da ideia de que o feminismo e a democracia sexual são criações marxistas. Não é uma ideia nova, já tendo sido usada por fascistas na primeira metade do século XX.

Os argumentos de William Lind foram propagados dentro e fora dos Estados Unidos. Lind tem vínculos com o Brasil, pois trabalhou com Paul Weyrich, um colaborador de Plínio Correia de Oliveira, fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Em anos recentes, suas ideias circularam por muitos canais de disseminação do pensamento de direita, como nos escritos de Olavo de Carvalho e no livro *A Verdade Sufocada*, escrito pelo coronel Brilhante Ustra.

CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 1989, William Lind já havia publicado um artigo argumentando que a disputa entre socialismo e capitalismo já não se dava mais da forma bélica tradicional. Essa tese vinha da leitura que ele e outros conservadores fizeram de autores marxistas dedicados a pensar “ideologia”, como Georg Lukács, a Escola de Frankfurt e Gramsci. Essa releitura ficou conhecida como “giro Gramsciano da direita”. Dela resultou a tese de que, diante da impossibilidade da revolução econômica, as esquerdas haviam começado desde os anos 1960 uma guerra pela hegemonia cultural. Para tal, estariam mobilizando demandas crescentes em torno de raça, etnia, gênero,

“Marxismo Cultural”

migração e meio ambiente. Essa narrativa, que desloca o foco do inimigo externo para inimigos internos, foi sintetizada no tal folheto de 2003.

Seis anos antes, porém, essa associação já tinha sido feita por duas figuras ultracatólicas: a norte-americana Dale O’Leary e o padre belga de alto escalão Schooyans. Seus livros argumentavam que o “feminismo do gênero” ou a “ideologia de gênero” eram farsas ideológicas encobrindo uma estratégia totalitária marxista. O termo “marxismo cultural”, contudo, não era usado nesses livros. A fusão entre “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” foi feita muito mais tarde, no *Livro Negro da Nova Esquerda*, dos argentinos Agustín Laje e Nicolas Marques.

A REVOLUÇÃO CONSERVADORA

Desde os anos 1970, os ultraconservadores religiosos e a direita secular abandonaram sua postura reacionária clássica e, com base na leitura de textos marxistas (que abominam), desenharam estratégias políticas para disputar a cultura e política. Assim como proposto por Gramsci, passaram a trazer suas ideias para os espaços da vida cotidiana, para a esfera pública e para dentro das instituições.

Essas “revoltas conservadoras” ocorrem onde há condições democráticas para que elas prosperem. Porém, seu objetivo de longo prazo é corroer as democracias. A entrada da política no mundo digital ajudou o campo conservador a se reorganizar a partir dos anos 1990. O poder da imprensa tradicional foi reduzido e as comunicações entre líderes políticos e seus eleitorados passaram a acontecer sem mediação institucional. Assim começou a nova era do populismo digital.

“MARXISMO CULTURAL” NO BRASIL: DO PRESENTE AO PASSADO

O termo “ideologia de gênero” chegou ao Brasil por vários canais, depois que a esquerda se instalou no poder no começo dos anos 2000. A tese de William Lind sobre “marxismo cultural”, por exemplo, chegou ao ambiente militar brasileiro através de conexões com o campo norte-americano de estudos estratégicos. A partir de 2017 começam a circular no país os argumentos do *Livro Negro da Nova Esquerda*, cuja narrativa inundaria a campanha eleitoral de 2018 quando “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” foram pintados como as duas caras do projeto comunista que pretendia dominar o Brasil.

“Marxismo Cultural”

Mas há sinais de que a associação entre “revolução cultural” e marxismo tenha circulado no Brasil muito antes dos anos 2000. Segundo o historiador norte-americano Benjamin Cowan, a colaboração entre Paul Weyrich e Plínio Correia de Oliveira, iniciada nos anos 1960, inaugurou conexões de longo prazo entre a direita católica e evangélica nos dois países. Retrocedendo um pouco mais, encontramos outras pistas curiosas em um livro publicado em 1945 por Plínio Salgado, um dos mentores principais do Integralismo, a versão brasileira do fascismo. No capítulo sobre “Neo-Marxismo”, Salgado argumenta que os neomarxistas usam conceitos como liberdade de consciência, fraternidade, justiça e integridade humana para confundir autoridades e ocultar suas “verdadeiras intenções políticas”.

Assim sendo, o uso do “neo-marxismo” para incitar pânico político é coisa muito antiga no Brasil. E os escritos desses dois autores até sugerem que nosso país talvez não seja um mero receptor das narrativas criadas nos EUA e na Europa desde os anos 1970. Talvez o pensamento conservador brasileiro tenha contribuído para a fabricação do assim chamado “marxismo cultural”.

"Ideologia de gênero"



USO DO TERMO

A primeira vez que se ouviu falar em “ideologia de gênero” no Brasil aconteceu em julho de 2003. Quem usou a expressão foi um deputado federal do partido PRONA, chamado Elimar Damasceno. Ele afirmou que o termo “gênero” servia para encobrir desvios da conduta sexual. Elimar Damasceno estava reagindo a pautas progressistas, que haviam sensibilizado parte da sociedade para o fato de “gênero” designar o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher. Ou seja, para o deputado, distinguir “gênero” e “sexo biológico” é fazer “ideologia de gênero”.

Depois disso, o termo circulou bastante, principalmente durante os debates sobre o novo Plano Nacional de Educação em 2014. Nesse ano, núcleos religiosos conservadores, associados ao Movimento Escola sem Partido, fizeram campanhas de ataques contra propostas de currículo escolar que incluíssem temas como igualdade de gênero e diversidade sexual.

Esse tipo de campanha continua até hoje. Durante as eleições de 2018, Jair Bolsonaro voltou a falar sobre o “*kit gay*”, termo que ele mesmo tinha inventado em 2011 para atacar propostas de combate à homofobia nas escolas. Segundo Bolsonaro, o verdadeiro objetivo desses materiais era incentivar o “comportamento homossexual”, algo associado à tal “ideologia de gênero”, que o adversário político, Fernando Haddad, supostamente defendia.

No discurso de posse, em 2019, Bolsonaro afirmou que essa “ideologia” seria combatida pelo seu governo. De fato, tem sido possível notar que muitas de suas propostas políticas repudiam o conceito de “gênero”.

DO EXTERIOR PARA O BRASIL

A ideia por detrás de “ideologia de gênero” é antiga. Começou no Vaticano nos anos 1980, quando o Cardeal Joseph Ratzinger criticou o conceito de “gênero” e outras ideias progressistas trazidas pelas feministas. Em 1995, as feministas também viam o conceito de “gênero” questionado durante o debate na IV Conferência Mundial das Mulheres da ONU em Pequim.

O termo “ideologia de gênero” só foi efetivamente criado perto da virada do milênio na obra *O Evangelho perante a Desordem Mundial*. Este livro foi publicado em 1997 por um padre belga de alto escalão chamado Michel Schooyans. Entre

“Ideologia de gênero”

outras coisas, Schooyans defende que o grande objetivo do feminismo seria acabar com qualquer distinção de classe, algo que seria alcançado com o fim das diferenças entre homens e mulheres. Para o padre que inventou o termo, “ideologia de gênero” seria, portanto, um desdobramento da ideologia socialista em sua forma marxista, pois esta defende a luta de classes e a justiça social.

No mesmo ano, um outro livro também associa o feminismo ao marxismo. Trata-se de *Agenda de Gênero*, da jornalista conservadora americana Dale O’Leary. Para ela, o conceito de gênero é uma estratégia linguística para esconder um projeto autoritário de “destruição da heterossexualidade” e de redução da população mundial, pois ao se destruir a heterossexualidade também se reduziria a reprodução humana. Após a publicação do livro, os argumentos de O’Leary seriam repetidos quase letra-por-letra em um documento contra a “ideologia de gênero” assinado por bispos peruanos. Esse documento contribuiu muito para a difusão da expressão na América Latina.

No Brasil, assim como resto da América Latina, as campanhas antigênero vêm de lutas mais antigas de oposição ao direito ao aborto. Seu núcleo central é tanto católico (em geral integrista) como evangélico fundamentalista. Mas, ao seu redor também circulam atores não religiosos muito variados: políticos de carreira, empresários, ativistas neoliberais e grupos libertários de direita, bem como militares e grupos fascistas.

Mais recentemente, alguns grupos feministas contrários aos direitos das pessoas trans também têm se posicionado contra a dita “ideologia de gênero”. Em geral, o repúdio ao gênero tem funcionado como algo que agrega forças e atores muito diferentes em torno de “inimigos comuns”, tais como as feministas e os direitos LGBTQIA+, especialmente das pessoas trans.

PARA CONCLUIR

É preciso entender que a “ideologia de gênero” não tem nada a ver com o que se pensa e se pesquisa no campo de estudos de gênero ou com políticas de igualdade de gênero. O conceito de gênero explica como discursos, práticas e normas, criadas pelas sociedades a partir da diferença sexual biológica, produzem desigualdades. O conceito de gênero não nega o sexo, mas pergunta como a diferença sexual é construída em diferentes momentos históricos e sociedades diversas.

“Ideologia de gênero”

Na verdade, quem fala de “ideologia de gênero” está buscando desqualificar teorias, leis e políticas públicas que contestam desigualdades, exclusões e violências. Apesar da grande diversidade de grupos que falam de “ideologia de gênero”, o repertório a que recorrem é sempre o mesmo. Por exemplo, sempre acusam as feministas e a esquerda de serem autoritárias e de buscarem se impor sobre a sociedade. Só que basta responder a algumas perguntas para ver que tais ideias não são válidas: Um conceito que reivindica igualdade de gênero e respeito pela diversidade sexual pode mesmo ser autoritário e antidemocrático? Imaginar um mundo sem discriminação, exclusão e violência é repudiar a democracia ou impor modos de vida?

A resposta a estas perguntas é “não”. Quando buscamos reduzir a desigualdade, a violência e a discriminação o que conseguimos é um maior reconhecimento da complexidade humana. O que promovemos é a abertura de espaços para que as pessoas encontrem seus próprios caminhos em nosso mundo plural.

"Feminismo"



"A agenda feminista não é sobre direitos iguais para as mulheres. É sobre um movimento político socialista e anti-família que encoraja as mulheres a deixarem seus maridos, matarem seus filhos, se tornarem lésbicas, e por aí vai." (Da página "Anti Feminismo" no Facebook)

No livro *Um teto todo seu*, de 1929, Virginia Woolf escreveu que "a história da oposição dos homens à emancipação das mulheres é talvez mais interessante do que a própria história da emancipação das mulheres". Na verdade, visões antifeministas não mudaram muito ao longo do tempo. Criticam sobretudo as demandas por igualdade de gênero, e chamam as feministas de "feias", "mal-amadas", "masculinizadas", "feminazis".

Estranhamente, tais acusações se intensificaram em uma época na qual muitas mulheres já desfrutavam, ao menos parcialmente, de conquistas feministas, como igualdades no mundo do trabalho, direito a uma vida livre de violência e maior liberdade com sua sexualidade e reprodução.

O "FEMINISMO" COMO CARICATURA

A palavra "feminismo" hoje é centro de polêmicas. Nas redes, há páginas favoráveis onde encontramos várias definições: "Feminismo é ser livre para decidir quem eu quero ser e como agir", "é uma luta de classe, de raça e de gênero", "não é sobre igualdade, é sobre a libertação das mulheres do Patriarcado". Ou seja, o feminismo não é padronizado. Por sua vez, antifeministas simplificam essa diversidade, criando caricaturas grotescas do feminismo.

ALGUNS PILARES DO ANTIFEMINISMO

Nesta seção, apontamos três ideias comuns ao antifeminismo: o binarismo de gênero, a idealização da maternidade e a complementaridade dos sexos.

O BINARISMO DE GÊNERO

Como mostra o historiador Thomas Laqueur, após a Revolução Francesa, os cientistas se dedicaram a apontar obsessivamente as diferenças biológicas entre os sexos. Enquanto a biologia feminina supostamente dá às mulheres uma "natureza" passiva e doméstica, a biologia dos homens explicaria sua "racionalidade" e "liderança". Tais diferenças passaram a ser consideradas naturais e universais, tornando-se "verdades" científicas. Isso levou a sociedade a se organizar de forma binária e hierárquica, com papéis femininos e masculinos fixos e desiguais.

A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE

Essa visão define a maternidade como função nobre e “sagrada”, mas subordinada ao trabalho produtivo realizado pelos homens. As tarefas de gestar, cuidar e educar seriam a “dádiva” das mulheres à humanidade. A isso chamamos *ideologia maternalista*. Esta ideologia é um pilar de governos autoritários. A filósofa italiana Maria Antonietta Macciocchi explica que um ponto comum entre o fascismo italiano, alemão e chileno foi a conexão fundamental entre a “pátria” e as mulheres como “reprodutoras da espécie”. Nesses regimes, as mulheres deviam procriar e cuidar de suas famílias para garantir o futuro da nação.

A COMPLEMENTARIDADE DOS SEXOS

Ao final do século XX, a doutrina católica se apropriou de discursos científicos sobre as diferenças biológicas para afirmar a “complementaridade” entre os sexos, ou seja, a mulher foi feita para o homem e os dois se “completam”. Para a igreja católica, concepções modernas de igualdade de gênero seriam ameaças à família e à preservação da humanidade. Essa visão foi absorvida por outras forças políticas, inclusive não religiosas.

DISCURSOS ANTIFEMINISTAS NO BRASIL DE HOJE

As atuais reações agressivas ao feminismo não questionam o direito das mulheres ao voto, à profissão e à educação — conquistas feministas. Em vez disso, atacam sobretudo o conceito de “gênero”, que põe em causa a ideia de que a “natureza” criou dois sexos fixos, radicalmente distintos e complementares.

O FEMINISMO “DESTRÓI A FAMÍLIA”

Teorias de gênero questionam o padrão tradicional de família, que estigmatiza outros arranjos familiares e outras expressões de feminilidade e masculinidade. Daí vem a acusação de que as feministas querem “destruir a família”, incentivar a “promiscuidade” das mulheres, o lesbianismo, a “desvalorização” da maternidade, o aborto, a “feminização” dos homens, a “sexualização” das crianças... Essas acusações apelam a emoções e medos, incitando um pânico moral descabido.

O “MIMIMI” FEMINISTA DIVIDE A SOCIEDADE

Para a autora norte-americana Christina Hoff-Sommers, o “feminismo de gênero” fixou a imagem da mulher como vítima. Segundo ela, a igualdade formal entre

homens e mulheres já foi alcançada nos EUA. No entanto, "vitimistas ressentidas" criam dados falsos de violência contra a mulher para alimentar discursos anti-homem e divisões sociais. Essa linha de oposição ao feminismo critica leis de ações afirmativas (como cotas para mulheres). No Brasil, tem criticado a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, pois criariam "privilégios" femininos, ferindo a "igualdade" ou mesmo estabelecendo um "machismo invertido".

PARA CONCLUIR

O que é feminismo, afinal? A cientista política Sonia Alvarez, por exemplo, define feminismo como um campo diverso, de alianças e também disputas. Algumas vertentes têm mais visibilidade que outras, mas não há "comandos centrais" impondo uma ideia única.

Mulheres no Brasil e no mundo ainda não têm todos os direitos que reivindicam. Há as que querem abortos seguros e outras que querem condições dignas para serem mães. Se algumas abdicaram da religião, também existem as que debatem as visões de suas igrejas. Muitas querem experimentar formas clássicas de feminilidade, mas sem subordinação.

O feminismo foi criado por e para as mulheres, mas não trata de pensamentos e fazeres políticos voltadas apenas a elas. O feminismo pensa o mundo. Para superar a desigualdade, a discriminação e a violência contra as mulheres, é preciso transformar a sociedade, o que afeta a vida de todos e todas. Por tudo isso, o feminismo continua relevante.

"Racismo Reverso"



“Racismo Reverso”

Em 10 de fevereiro de 2021, um deputado protocolou uma queixa-crime na Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de Intolerância. A queixa era contra Lumena Aleluia, participante do Big Brother Brasil 21. O deputado denunciou Lumena por “racismo reverso” porque ela usou termos como “desbotada” e “sem melanina” em uma discussão com uma participante branca.

Alguns meses antes, a empresa Magazine Luiza foi denunciada por estar fazendo “marketing de lacração”. O motivo: um programa de treinamento para contratação de recém-formados, que seria exclusivamente destinado à população negra.

Esses acontecimentos e os debates que provocaram na sociedade são dois exemplos do suposto “racismo reverso”. Mas existe mesmo racismo reverso? O que é? De onde vem essa ideia? Tentaremos responder a essas perguntas.

ORIGENS NORTE-AMERICANAS

No início da década de 70, nos EUA, o termo começou a ser utilizado contra a militância negra. Isso aconteceu ao mesmo tempo que aumentava a luta contra o racismo e o ativismo pelos direitos civis. Exemplos dessa luta são o movimento *black power* (poder negro) e a criação do Partido dos Panteras Negras. Tais movimentos conseguiram começar a alterar as relações raciais nos EUA através de políticas de reparação.

As acusações de “racismo reverso”, que surgiram durante o debate sobre questões raciais, são uma reação a esses avanços. O bordão era empregado especialmente para criticar políticas de ação afirmativa (cotas) na esfera trabalhista e educacional, que supostamente discriminariam pessoas brancas.

NAS PAISAGENS BRASILEIRAS

Analisando a frequência de pesquisas Google pelo termo “racismo reverso” no Brasil e nos EUA, verificamos que, lá, o termo foi frequente entre 2004 e 2021. Já no Brasil, os primeiros registros de buscas por “racismo reverso” se deram apenas em agosto de 2013 (Figura 1), e tiveram maior incidência em novembro de 2020 (quando o programa de treinamento do Magalu foi atacado).

A chegada tardia de “racismo reverso” no Brasil pode estar ligada à ideia de “democracia racial”, presente no país por muito tempo. A ideia de democracia racial apaga o passado escravocrata do Brasil e políticas para tornar a população mais

“Racismo Reverso”

branca. Críticas a essa visão foram centrais para os movimentos negros no Brasil, resultando em importantes conquistas legais, como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010).

Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) instituiu um sistema de cotas com base em critérios étnicos e socioeconômicos. Insatisfeito, o partido DEM tentou anular essa medida no Supremo Tribunal Federal. Contudo, o Supremo decidiu manter a política adotada pela universidade. Essa decisão foi fundamental à elaboração da Lei nº12.711, conhecida como a Lei de Cotas. Nela, ficou estabelecido que, até agosto de 2016, toda universidade deveria destinar metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes de escolas públicas, seguindo critérios raciais e sociais.

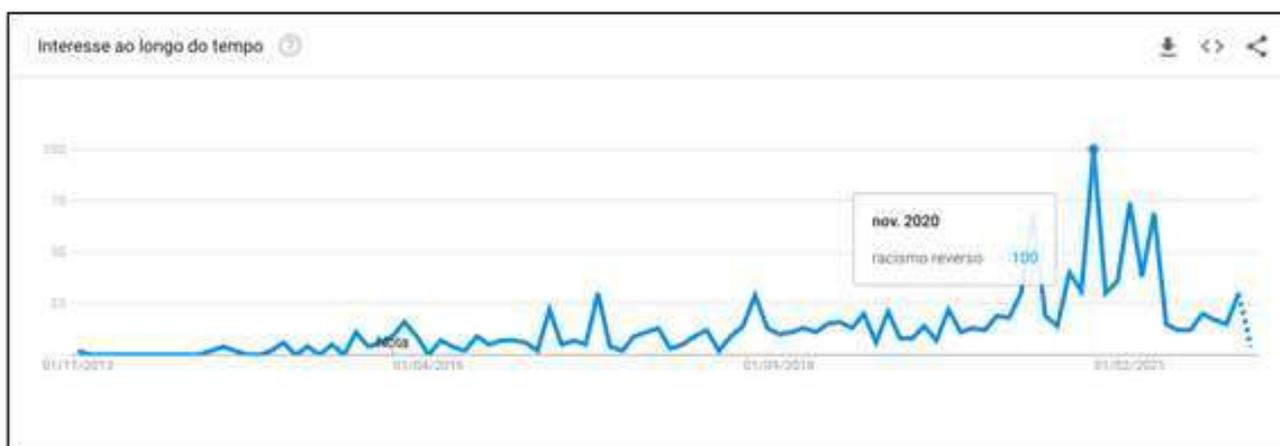


Figura 1. O termo “racismo reverso” no Google Trends (Brasil).

Não é, portanto, coincidência que o termo “racismo reverso” tenha aparecido no universo digital brasileiro em 2014 e não antes. Assim como nos EUA dos anos 70, o sucesso das lutas antirracistas e as consequentes reformas legais abriram o terreno para que o termo fosse cada vez mais usado com tom acusatório.

POPULAÇÃO INDÍGENA E O “PRIVILÉGIO” DAS MINORIAS

O uso sistemático do “racismo reverso” ainda não foi registrado no Brasil como reação às demandas de comunidades indígenas. No entanto, há manifestações da lógica distorcida em que o termo se baseia, quando se trata destes grupos minoritários. Há quem argumente que possuem “privilégios” legais. Por exemplo, em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro propôs que a demarcação das terras indígenas fosse transferida da Fundação Nacional de Apoio aos Indígenas (FUNAI) para o Ministério da Agricultura. A alegação era que “mais de 15% do território nacional

“Racismo Reverso”

é terra indígena e quilombola, mas menos de um milhão de pessoas vivem nesses lugares isolados”. Desde então o argumento do “privilégio indígena” só ganhou mais força.

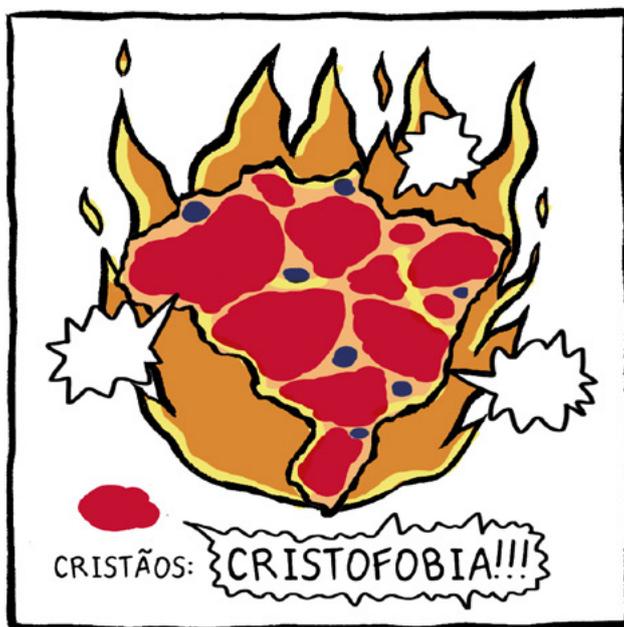
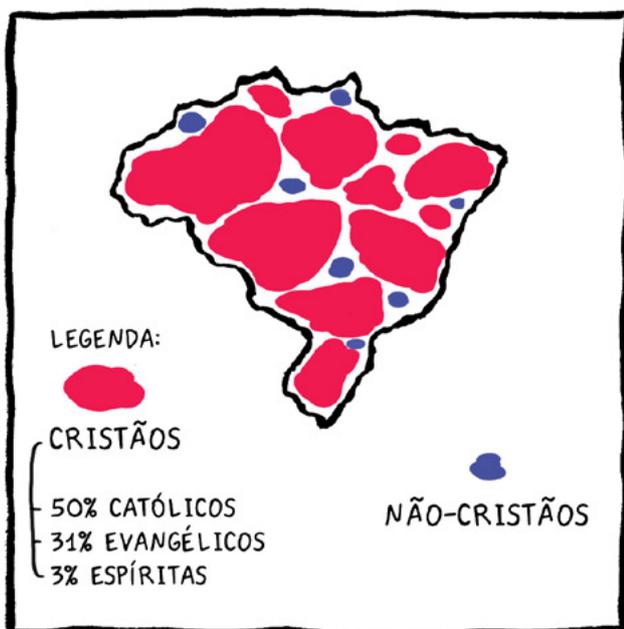
PARA CONCLUIR

O termo “racismo reverso” é usado para contestar visões antirracistas e políticas de ação afirmativa. Seu uso produz uma inversão: as pessoas que pertencem ao andar de cima no andaime do racismo estrutural se posicionam como vítimas. Quem acredita no “racismo reverso” não valoriza a luta antirracista, e nega a dominação escravocrata que originou as estruturas racistas atuais.

Segundo a artista e intelectual negra Grada Kilomba, as populações negra e indígena não teriam poder para serem racistas, já que ocupam posições subalternizadas na sociedade. Caracterizar como racismo qualquer reação desses grupos minoritários nada mais é do que uma tentativa de manutenção do racismo estrutural que de fato existe.

Possivelmente, o termo deve continuar sendo usado contra as ações afirmativas na esfera trabalhista e educacional. Inclusive, está previsto que a Lei de Cotas seja revista em 2022. Por isso, é necessário que tenhamos atenção. O “racismo reverso” não é um problema trivial. Ele nega a perversidade histórica do racismo real que o Brasil deve enfrentar.

"Cristofobia"



“Cristofobia”

O termo “cristofobia” começou a circular no Brasil pouco após a virada do milênio, e ganhou mais visibilidade em debates políticos relacionados a gênero e sexualidade na década de 2010. Esse verbete procura resgatar as origens desse termo e examinar seus usos nos cenários global e brasileiro.

AS RAÍZES DA PALAVRA

Fobia vem da palavra grega *phobos* (medo). Na descrição da psiquiatria, “fobias” estão associadas a um medo súbito, irracional e incapacitante. O medo é uma resposta natural a perigos reais, mas a fobia é uma reação extrema a perigos irreais.

Em 1971, o psicólogo George Weinberg cunhou o termo “homofobia” para descrever a aversão a relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Os termos “cristofobia” e “cristianofobia” surgiram trinta anos mais tarde, com o objetivo de descrever a aversão à figura de “Cristo” (cristofobia) e às religiões cristãs (cristianofobia).

Um mapa elaborado pela ONG Portas Abertas identifica cinquenta países onde comunidades cristãs de fato são perseguidas em sua posição de minoria. Entre eles estão: Coreia do Norte, Afeganistão, Somália, Líbia, Paquistão, Eritreia, Iêmen, Irã, Nigéria e Índia. O Brasil não está na lista.

HISTÓRICO DOS TERMOS

O aparecimento de “cristofobia” e “cristianofobia” no vocabulário político ocorreu no início do século XXI. É interessante entender os diferentes contextos nos quais isso ocorreu. No começo dos anos 2000, ao mesmo tempo que o campo religioso se tornava cada vez mais forte, as pessoas LGBTQIA+ lutavam também por seus direitos. Isso levou a fortes reações religiosas. Ainda nessa época aconteceu a Guerra ao Terror e a onda de ódio aos muçulmanos, que levou à denominação da “islamofobia”.

Em 2003, o termo “cristofobia” foi usado de três formas diferentes. Na primeira, o teólogo e pastor Thomas Bohache usou o termo para descrever, nos EUA, a rejeição que a comunidade LGBTQIA+ sentia em relação às igrejas. Segundo ele, a cristofobia seria uma reação justa e inevitável a doutrinas religiosas que são contra a existência dessas pessoas.

Na segunda, o renomado jurista conservador Joseph Weiler escreve um livro no qual explica que a Europa precisa abraçar suas “origens cristãs” e abandonar a “cristofobia” que o iluminismo criara.

Na terceira, temos um informe da ONU chamado *Difamação das Religiões e esforços globais para combater o racismo: Islamofobia, Antisemitismo e Cristianofobia*. O objetivo deste informe era condenar as violações de direitos humanos decorrentes da crescente “islamofobia” global. O documento também incluiu evidências sobre o crescimento do antissemitismo (discriminação de judeus) e de episódios de violência cristianofóbica ocorridos no Oriente Médio e na Ásia do Sul, onde cristãos são uma minoria.

NO BRASIL

No Brasil, os dois termos “cristianofobia” e “cristofobia” existem, mas o segundo é muito mais usado. Popularizou-se, a partir de 2010, com líderes evangélicos como Marco Feliciano e Silas Malafaia, que passaram a usá-lo bastante em seus discursos, sermões, entrevistas e redes sociais. O jornalista Reinaldo Azevedo foi outro grande propagador do bordão. Ele escreveu artigos alegando que o cristianismo é a religião mais perseguida do mundo.

Já o campo evangélico conservador passou a usar o termo como forma de reação aos debates sobre o Projeto de Lei 122/2002, que propunha a criminalização da homofobia. Essa reação foi ainda maior, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união civil homoafetiva em 2011.

Em 2015, houve um episódio de grande visibilidade relacionado à “cristofobia”. Na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a atriz trans Viviany Belebony encenou o sofrimento de Jesus Cristo. Crucificada, a atriz simbolizava as agressões e violência que a comunidade LGBTQIA+ sofre diariamente. A Associação das Igrejas Evangélicas de São Paulo mobilizou uma ação contra a atriz, pelo crime de “vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso”. No mesmo ano, Belebony sofreu violência física.

No carnaval de 2020, um dos carros alegóricos da escola de samba carioca Mangueira trazia um crucifixo. Nele, estava preso um menino negro com o corpo cravejado de tiros. Contudo, essa representação não causou o mesmo furor que a performance de Belebony. Isso sugere que a “cristofobia” como acusação é, de fato, seletiva.

PARA CONCLUIR

Faz sentido usar o termo “cristofobia” num país em que a maioria da população é cristã, sendo 50% católicos e 31% evangélicos? Formas de discriminação que levam à violência e à morte, como a homofobia e a transfobia, são realmente equivalentes a críticas ao dogmatismo religioso? O Brasil é um dos países do mundo com maior índice de assassinatos de transexuais, mas não temos notícia de violência letal e deliberada contra pessoas cristãs.

O uso de “cristofobia” no Brasil mascara o extremismo religioso de determinadas correntes cristãs e preserva privilégios. Em 2021, forças ultraconservadoras católicas e evangélicas ocuparam postos-chaves no aparato de Estado. Não faz sentido, portanto, descrevê-las como vítimas de cristofobia. O termo faz uma equivalência perigosa entre preconceitos reais e letais, como a homofobia e a transfobia, com uma falaciosa discriminação contra a maioria.

"Patriotismo"



UMA HISTÓRIA LONGA

Patriotismo vem da palavra grega *patriotés* (πατριώτης), carregando o radical *patris* (“terra natal”) que por sua vez vem de *patér*, ou seja, pai. Na Grécia e em Roma, o termo era associado a lealdade à pólis ou à república. Um pouco antes da Revolução Francesa, o pensador Jean Jacques Rousseau associou patriotismo e nacionalismo. Desde então, essas ideias têm sido invocadas por forças políticas e ideologias muito diferentes, e, por isso, também bastante criticadas. O patriotismo-nacionalismo diferencia, radicalmente, “nacionais” e “estrangeiros” e exalta a superioridade de determinadas nacionalidades, raças ou etnias sobre outras. No começo do século XX, o romancista russo Leo Tolstoy dizia que o patriotismo é estúpido por afirmar que um país é melhor do que outros e também imoral porque instiga a guerra e a destruição. Um exemplo recente disso são os ataques do 11 de Setembro de 2001, que estimularam o patriotismo norte-americano e guerras ao “terror”.

“PATRIOTISMO” NO BRASIL

Desde que o Brasil se tornou independente, várias pessoas e grupos políticos se voltaram para o patriotismo e o nacionalismo. Por um lado, o patriotismo inspirou o romantismo literário e as lutas abolicionistas do século XIX. Por outro, tornou-se lema das autoridades militares que instalaram o novo regime com um golpe em 1889. Embora o patriotismo e o nacionalismo sejam um traço forte da cultura militar, na primeira metade do século XX também motivaram artistas modernistas, comunistas, socialistas, integralistas e populistas. Entre essas muitas correntes, a que mais se apoiou no patriotismo foi o integralismo.

OS MILITARES

A forte adesão dos militares ao patriotismo é comum a todas as forças armadas por terem que defender a integridade territorial. Mas no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, essa adesão é ainda mais forte porque as forças armadas se envolveram com a política civil. Antes da Proclamação da República, os militares tiveram papel político crucial na supressão de rebeliões regionais e populares e lideraram muitas disputas políticas até ao golpe de 1964. Suas motivações foram bastante diversas. Tanto pediam reformas políticas e sociais para superar desigualdades e corrupção quanto a defesa da ordem vigente. Em 1964, o golpe militar teve como alvo o “comunismo” e recebeu o apoio dos EUA. O regime então instalado ficou no poder até 1985 e buscou tornar o Brasil uma “potência” semelhante aos EUA. Para ganhar adesão popular a esse projeto, precisou estimular um patriotismo extremo. O slogan da época era “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”.

OS INTEGRALISTAS

O Integralismo foi criado nos anos 1930 por um pequeno grupo de intelectuais. Entre eles, Plínio Salgado é muito relevante. Depois de ter estado na Itália com Mussolini, voltou ao Brasil encantado pelo fascismo e criou a Sociedade de Estudos Políticos, berço da Ação Integralista Brasileira (AIB). Na sua proposta de regime integralista, os partidos e agentes do liberalismo político seriam substituídos por um sistema estatal hierárquico e corporativo, baseado nos municípios e organizações sociais. A AIB nunca sustentou discursos de supremacia racial em relação às populações negra e indígena, e por isso teve adesão da população negra. As mulheres também foram recrutadas pela organização como sustentáculos da família, da tradição e do cristianismo.

Porém, a AIB considerava legítima a violência política e tinha conexões nas forças armadas. Os integralistas tanto colaboraram com o governo Vargas quanto conspiraram contra ele. Em 1937, uma falsa ameaça de golpe comunista propagada por setores integralistas em associação com militares levou ao Estado Novo e a AIB foi dissolvida. Mais tarde, Plínio Salgado criou o Partido Republicano Popular (PRP) para defender uma "democracia cristã". Desde os anos 1930 também ganharam corpo no Brasil as correntes ultracatólicas, cuja ideologia tinha muitos pontos em comum com o Integralismo. Sua voz mais longeva e expressiva foi Plínio Corrêa de Oliveira, o fundador da hoje extinta Tradição Família e Propriedade (TFP), cujo legado sobrevive no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

"PATRIOTISMO" NO PRESENTE

Hoje podemos identificar antecedentes dos discursos patrióticos tanto nos desdobramentos do integralismo quanto no âmbito militar. No caso do Integralismo, o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), fundado em 1989 e extinto em 2006, é uma importante conexão com o passado. Outra conexão é a criação do site do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI) com o lema *Deus, Pátria e Família*, em 1999.

Na noite de Natal de 2019, a produtora Porta dos Fundos foi atacada com bombas caseiras em retaliação ao especial de fim de ano veiculado pela Netflix que parodiava a tentação de Cristo. Em seguida, três pessoas encapuzadas, falando em nome da Família Integralista Brasileira, assumiram o atentado em vídeo divulgado nas redes sociais. Vestiam camisas verdes, com a bandeira integralista ao fundo. Outro exemplo da conexão entre o passado e o presente do "patriotismo" é o lema Bolsonarista "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Este lema deriva do slogan "Brasil

“Patriotismo”

acima de tudo” criado durante a ditadura por um grupo de capitães paraquedistas e que, por sua vez, se inspira no lema nazista “Alemanha acima de tudo”. A ele foi adicionado a fórmula “Deus acima de todos” que mobiliza bases eleitorais religiosas conservadoras de hoje e evoca o espírito cristão do Integralismo. “Brasil acima de tudo” também é o lema do Partido Patriota, fundado em 2011.

PARA CONCLUIR

A mobilização “patriótica” ocorrida no 7 de setembro de 2021 teve como objetivo testar os limites das instituições democráticas. E evocou com força as motivações, discursos e bordões dos conservadorismos extremos e fascismos de outros tempos. Mas há algo de novo nas cenas patrióticas do presente: convergências e interseções entre forças religiosas, setores militares e atores neoliberais. Algumas bastante inusitadas e outras até perigosas!